

CRISE, PANDEMIA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL

Ana Paula Ornellas Mauriel¹

Resumo: O artigo discute a pandemia e os desafios para o seu enfrentamento no Brasil. O texto parte da compreensão de que a pandemia da COVID-19 é um resultado do caráter predatório do desenvolvimento capitalista, não sendo, portanto, nenhum desmando da natureza. Por meio de um levantamento bibliográfico e documental, o texto aponta as implicações das medidas de enfrentamento para a classe trabalhadora brasileira, mostrando que tais medidas revelam que a forma pela qual a política governamental tem sido realizada na pandemia está conectada ao projeto neoliberal agora adaptado à gestão da crise sanitária e econômica que aprofunda a expropriação de direitos.

Palavras-chave: Crise. Pandemia. Medidas de enfrentamento.

CRISIS, PANDEMIC AND ITS MANIFESTATIONS IN BRAZIL

Abstract: The article discusses the pandemic and the challenges it faces in Brazil. The text starts from the understanding that the pandemic of COVID-19 is a result of the predatory character of capitalist development, therefore, it is not weaning from nature. Through a bibliographic and documentary survey, the text points out the implications of the coping measures for the Brazilian working class, showing that such measures reveal that the way in which government policy has been carried out in the pandemic is connected to the

¹ Assistente Social graduada pela UFRJ. Mestre em Serviço Social pela UFRJ, Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, Pós-Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: apmauriel@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7348-7898>

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0628902252537023>

neoliberal project now adapted to the management of the health and economic crisis that deepens the expropriation of rights.

Key words: Crisis. Pandemic. Coping measures.

Introdução

Ao contrário dos meios de comunicação oficiais midiáticos que apontam que a culpa da crise é do novo coronavírus, partimos do entendimento de que a pandemia não se deve a nenhum desmando da natureza, mas sim de que se trata do resultado do caráter predatório do desenvolvimento capitalista em busca insaciável de lucros, cuja reprodução sócio-metabólica contemporânea financeirizada acentua seu caráter expropriatório e destrutivo do meio ambiente na gestão da crise do capital. Nesse sentido, a pandemia e a crise se retroalimentam.

Depreende-se daí que a chegada da pandemia em nossas terras brasileiras se dá sob um cenário catastrófico para trabalhadores/as, devido às sucessivas contrarreformas realizadas desde o início dos anos 1990 provocando uma verdadeira desertificação nos direitos sociais, ainda mais acirradas no pós-golpe 2016, que se soma às atitudes negacionistas e reacionárias de enfrentamento à pandemia por parte do Governo Bolsonaro, o que aprofunda ainda mais as medidas neoliberais, mostrando que “estamos vivendo em fogo cruzado de múltiplas agendas reacionárias” (LOLE et al., 2020, s.p.).

Diante dessas questões, o texto versa sobre a relação entre a crise sanitária e a crise do capital, além de considerar as principais contradições nas medidas tomadas pelo Governo Bolsonaro no enfrentamento à pandemia e suas implicações para a classe trabalhadora.

Crise do capital e pandemia da COVID-19

A ordem capitalista imperialista e o padrão de acumulação contemporâneo, desde a crise dos anos 1970, trouxeram como saída medidas materializadas pelas políticas e ajustes neoliberais, os quais promoveram três grandes processos de liberalização, desregulamentação e privatização, cujos efeitos combinados tiveram como objetivo de criar e aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital super acumulado que havia sido produzida em excesso.

De acordo com Gouvêa (2011), as medidas neoliberais de resposta à crise impuseram nos planos econômico, político, ideológico e militar um novo padrão de acumulação, onde a financeirização adquire uma relevância inédita, tendo no aumento da proporção de capital fictício e especulativo em escala sem precedentes, o traço particular deste período.

Dentre as condições de remuneração do capital fictício está a criação de novos espaços de mercantilização por meio das expropriações, pois como o capital fictício é formado por massas de capital cada vez mais concentradas à procura de espaços de valorização, se deslocam rapidamente “abrindo novas fronteiras para a acumulação (céu, terra, recursos naturais, regiões isoladas); destruindo massas de capitais acumulados considerados obsoletos; capturando relações sociais” (VIEIRA, 2020, p. 149).

A crise que se manifestou em 2007/2008 tem seu prenúncio com o estouro da bolha especulativa das ações das empresas de alta tecnologia, as chamadas *ponto com*, na virada do século XXI, cuja grande massa superacumulada de capital fictício, que sobreviveu naquele momento àquela crise localizada, veio a buscar novos nichos de valorização, as quais se redirecionaram para o mercado de

financiamento de imóveis, principalmente o norte-americano. A queda nos preços de imóveis arrastou vários bancos para uma situação de insolvência (em que deve mais do que pode pagar), repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo, se desdobrando em uma crise dos mercados financeiros internacionais e, logo em seguida de toda a economia mundial, pois devido à expansão dos derivativos financeiros criados com base nesses mercados, assim que houve o estouro da crise, se espalhou para todos os níveis do mercado financeiro (CARCANHOLO, 2018).

Os ajustes neoliberais realizados nas economias dependentes, caracterizados pelas reformas estruturais nacionais vinculadas ideologicamente ao Consenso de Washington, preconizavam basicamente abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e serviços públicos, eliminação da maior parte dos subsídios, como forma de liberalizar os preços, e a liberalização financeira interna e externa, o que formaria um tipo de política econômica capaz de garantir a inserção dos países periféricos no novo processo de mundialização (AMARAL, 2005).

Estas políticas neoliberais implicaram em expropriações de bens públicos e comuns, com a venda de empresas rentáveis a preços baixos com condições benéficas ao capital privado e, em muitos casos, estrangeiro, além do desmonte de prestações sociais de várias naturezas, o que para Osorio (2015, p.38) significa uma “brutal desapropriação do salário real para milhões de trabalhadores”.

Como desdobramento desses processos se tem um aumento extraordinário da força de trabalho disponível, acelerando o aumento da superpopulação relativa, favorecendo a queda dos salários, a redução das políticas sociais, dos serviços públicos e das prestações

sociais, associadas à precarização estrutural do trabalho. Nas economias dependentes, esses processos estão associados às condições de superexploração, isto é, uma situação em que o trabalhador é remunerado abaixo de seu valor sistematicamente, mesmo fora de situações de crise², ou seja, devido à necessidade de transferências de valor sistemáticas aos países imperialistas, nas economias dependentes, a despeito da classe trabalhadora ser submetida cotidianamente ao prolongamento da jornada e ao aumento da intensidade de seu trabalho, não recebe reajuste de salário que compense esse desgaste (MARINI [1973] 2011).

O neoliberalismo, portanto, não é um fenômeno circunstancial, mas se constitui como modo de ser da acumulação capitalista imperialista que teve início como resposta à crise dos anos 1970, e se estende até os dias de hoje, a partir de três eixos de medidas no sentido de flexibilização das relações e organização da produção, da utilização do capital fictício como elemento central da acumulação e do aprofundamento das expropriações e da mercantilização em todas as dimensões de reprodução da vida (GOUVEA, 2020, p.24).

Todas essas condições impuseram novos papéis para os Estados nacionais, que se convertem em mediadores de valorização de grandes massas de capitais. E, como a parte da riqueza social

² Vale notar que o recurso à superexploração aparece em regiões dos países centrais em momentos de crise e nos setores mais precarizados dessas economias, normalmente preenchidos com segmentos da classe trabalhadora compostos por grupos populacionais negros, negras e imigrantes, confirmando que o valor da força de trabalho dessa população é pago abaixo mesmo fora de seus respectivos países. Ver estudos de VALENCIA, Adrian Sotelo. A estruturação do mundo do trabalho. Superexploração e novos paradigmas de organização do trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2009.

que se encontra sob a forma de fundo público³ é operada pelo Estado burguês, além de ser necessária uma profunda alteração no modo de ser das políticas e serviços sociais para que, em meio a essa dinâmica, funcionem como mediações centrais de transferências de riqueza social para o capital, se coloca em destaque o lugar que o fundo público ocupa na atual dinâmica de acumulação (BEHRING, 2012).

Como o capitalismo pressupõe crises como parte de sua tendência ao aumento de produtividade e da alteração na composição orgânica do capital, o fundo público vai sendo tendencialmente também direcionado para dar cada vez mais suporte material à reprodução ampliada de capital, reduzindo sua participação na reprodução da força de trabalho, na intenção de acelerar crescentemente o tempo de rotação do capital por meio da mobilização de enormes quantias de recursos. Daí que no centro do sistema imperialista se encontra a disputa mecanismos de drenagem de riquezas das economias dependentes sob a forma financeira. O principal mecanismo tem sido a dívida pública (BEHRING, 2012).

Isso supõe compreender que a reprodução ampliada do capital na fase contemporânea, além de se acumular mais em meios de produção do que em força de trabalho, configurando aquilo que Marx já sinalizava como tendência ao aumento da composição or-

³ O fundo público é formado partir de impostos, contribuições sociais e taxas apropriados pelo Estado via sistema tributário, os quais são requisitados para atuarem na reprodução da força de trabalho, via serviços e políticas sociais. A constituição do fundo público não esta separada do caráter regressivo da arrecadação tributária na sociedade capitalista, sendo uma das marcas do sistema tributário contemporâneo o aumento de uma arrecadação baseada cada vez mais nos tributos indiretos, que recaem regressivamente sobre os bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho. (BEHRING, 2012)

gânica, leva o capital hiper concentrado e monopolizado a buscar no sistema de crédito (no capital portador de juros e capital fictício) uma das formas de contratendência à queda da taxa de lucro. Contudo, ao compensar com as taxas de juros aquilo que os capitalistas não conseguem realizar na produção, tal forma de enfrentar a crise prepara (ou posterga) crises cada vez mais graves, pois devido ao aumento do capital fictício, as taxas de juros vão se distanciando em relação àquilo que é produzido na esfera produtiva⁴.

Porém, isso gera ao mesmo tempo uma necessidade de reorganização da esfera produtiva no sentido de remunerar esses capitais. Ou seja, “a intensificação dos fluxos financeiros e a rentabilidade dela recorrente não possui uma dimensão apenas quantitativa. Trata-se também de uma mudança qualitativa tendo em vista que provoca pressão pela ampliação das bases de extração de mais-valia” (BRETTAS, 2017, p. 63). Essa dinâmica acaba sendo fortalecida pelo ajuste fiscal e por contrarreformas cada vez mais agudas.

A irrupção da pandemia e a crise sanitária global vieram se somar à crise econômica e seus desdobramentos desde 2007/2008, associada ao aprofundamento neoliberal, pois a economia desde então vinha mostrando taxas de lucratividade insuficientes, baixo crescimento da produtividade e pouco dinamismo nos investimen-

⁴ Marx sinaliza no capítulo 27 do Livro III, onde trata do papel do crédito na produção capitalista, que o capitalismo tem a “necessidade de crédito para efetuar a compensação da taxa de lucro ou o movimento dessa equalização, sobre a qual repousa toda a produção capitalista” (p.493), e mostra ainda que o crédito, além de acelerar o processo de reprodução de capital, também permite “uma separação mais prolongada dos atos de compra e venda, serve de base para a especulação” (p.494). Contudo, ao acelerar o desenvolvimento das forças produtivas em âmbito mundial, o crédito acelera o caráter antagônico próprio da produção capitalista, e “acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises” (p.499).

tos, reverberando nas finanças, as quais expressavam menor rentabilidade em relação ao período imediatamente anterior. (LAPAVITSAS, 2020)

Os primeiros rastros do novo Coronavírus apareceram no final de dezembro de 2019, quando o Comitê Municipal de Saúde de Wuhan relatou à Organização Mundial da Saúde 41 casos de um tipo de “pneumonia de etiologia desconhecida”, sendo a COVID-19 identificada no dia 8 de janeiro de 2020, quando as transmissões começaram a ser notificadas (MACIEL; SANGLARD, 2020). A Organização Mundial de Saúde declarou, então, dia 11 de março de 2020 que a proliferação do novo Coronavírus tratava-se de uma pandemia. Naquele momento já registravam 118 mil casos em 114 países, com 4291 mortes pela doença (MOREIRA et al, 2020, p. 7).

O novo Coronavírus tem um alto contágio e rápida disseminação, além de um período de retardo na manifestação dos sintomas, tornando difícil a tarefa de controle e contenção por parte dos governos e autoridades públicas. Atualmente, no momento de fechamento do texto, já são 77.446.325 casos contabilizados no mundo, somando 1.704.230 mortes pela doença⁵. Diante dos casos confirmados a média de gravidade da doença é de 25% e a taxa de mortalidade depende da capacidade dos sistemas de saúde (MACIEL; SANGLARD, 2020)

Ainda que consideremos a gravidade e profundidade da crise diante da pandemia, cabe “ressaltar que a própria COVID-19 não é um ‘agente externo’ e que não existiria e/ou não teria as mesmas consequências fora do sistema capitalista” (GOUVEA, 2020, p.21).

⁵ Ver esses dados em <https://www.worldometers.info/coronavirus/>, acesso em 21 dez. 2020.

Cientistas que estudam as novas epidemias (SARS – síndrome aguda respiratória, Ebola, os vários tipos de influenzas, entre outros patógenos) apontam sua relação com o desenvolvimento econômico capitalista que, de forma predatória, em busca de lucratividade, avança no desmatamento de grandes regiões de florestas, no comércio de animais silvestres, e impõe um modelo de agricultura e de criação de animais padronizada em grandes unidades e altamente intensivo, o que reduz a imunidade dos animais no confinamento e amplia a adaptação de novos vírus aos ambientes industriais.

O avanço acelerado da urbanização e da mercadorização causam a redução da distância entre o mundo rural e o urbano, a transferência de pessoas de áreas rurais para favelas, mas também o surgimento de cidades agroindustriais em áreas periurbanas, onde há déficit de saúde pública e saneamento, particularmente nos países dependentes, onde vem deixando segmentos populacionais inteiros mais suscetíveis à contaminação. A isso se soma o aumento do turismo massificado e do comércio internacional por meio das cadeias de valor, as quais funcionam com base no traslado de peças de vários países para a produção final. Tudo isso acabou criando um ambiente favorável para uma propagação muito mais acelerada e massificada (FOSTER; SWANDI, 2020).

Com o início da pandemia e a violenta queda nas bolsas de valores em todo o mundo, o cenário se agravou devido à interrupção dos processos de circulação e de produção, diante das medidas de distanciamento social decretadas em vários países, como medida de contenção à pandemia, associada ao aumento das tensões geopolíticas, principalmente, entre EUA e China, que seguem disputando a hegemonia no campo tecnológico, comercial, financeiro.

As cadeias de valor conformam os principais circuitos materiais do capital no sistema mundial nessa transição para o século XXI. Nessas cadeias interligadas de mercadorias, zonas de produção situadas particularmente em países dependentes (mas não exclusivamente) são controladas por corporações multinacionais cuja maior parte do consumo, finanças e acumulação de valor passa pelos países imperialistas (FOSTER, SUWANDI, 2020)

Tais cadeias globais foram fortemente afetadas devido à extrema diversificação da origem dos produtos fabricados, pois não tinham como circular no ritmo necessário à produção, afetando a rotação do capital, fazendo com que a interrupção na produção seja ainda mais prolongada e caótica. Somados aos efeitos cumulativos da desaceleração da economia, impactaram imediatamente os sistemas de produção, distribuição e circulação das mercadorias e da força de trabalho, criando um ambiente recessivo.

Como consequência direta da redução da produção e queda de demanda, ao lado da incerteza nessa conjuntura pandêmica, o desemprego aumentou e as repercussões mais devastadoras ocorrem para os segmentos mais precarizados pelas políticas neoliberais nas últimas décadas: os trabalhadores/as informais, autônomos, intermitentes, subutilizados, terceirizados, ou seja, justamente aqueles/as que não têm proteção social garantida pelo Estado e só recebem alguma remuneração quando trabalham (ANTUNES, 2020). A crise sanitária implicou em restrições à reprodução psicofísica da força de trabalho e, com isso, sua maior (senão completa) disponibilização para exploração.

Isso desnudou a destrutividade capitalista, pois mostra os limites da gestão irracional do capitalismo sobre a economia, a so-

cidade e a natureza, cujas consequências vem deixando centenas de milhares de mortos, desempregados, provocando sérios danos as condições de existência de milhões de famílias que já possuíam meios de vida bastante precarizados devido às crises e contrarreformas neoliberais realizadas nas últimas décadas. Diante dessas condições, atitudes preventivas e planejadas dos governos se mostraram essenciais para o combate à expansão da COVID-19 e no enfrentamento aos seus efeitos sócio-econômicos sobre a vida da população trabalhadora.

Pandemia da COVID-19 no Brasil e as contradições de seu enfrentamento: a luta pela vida da classe trabalhadora

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020. Para além das dificuldades ligadas à previsão dos impactos econômicos e sociais da pandemia no país, tivemos uma segunda dificuldade em realização ao seu enfrentamento, a atitude negacionista e a irresponsabilidade política do governo Bolsonaro que vieram a somar-se à agenda reacionária que já estava em curso (LOLE et al., 2020). Isso se refletiu na expansão da doença no país. No momento de conclusão do texto, no Brasil já foram registrados 7.238.600 casos e 186.768 mortes por COVID-19⁶, sendo o país latino-americano com o maior número de casos de coronavírus confirmados, com o maior número de mortes e o maior em subnotificações. E ainda considerar que a curva de contaminação vem crescendo desde o início de novembro.

⁶ Informações em <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em: 21 dez. 2020.

A queda de braço entre o governo Bolsonaro, a ciência e os movimentos sociais no contexto da pandemia se deu em torno da interrupção das restrições do distanciamento social na quarentena, pela reabertura do comércio, das escolas, das igrejas, enfim, re colocando a “economia para rodar”. O corolário implícito aí não é só sobre o que vale mais: a bolsa (de valores) ou a vida (das pessoas), mas também sobre os efeitos colaterais de tais medidas, os quais seriam plenamente justificáveis para o governo, mesmo que custasse a vida de alguns milhares, o que segundo Caponi (2020, p. 210) contém um mix de “questões epidemiológicas vinculadas ao negacionismo científico; questões ético-políticas vinculadas aos direitos humanos; [e] estratégias biopolíticas vinculadas à razão neoliberal”.

As atitudes do governo Bolsonaro diante da pandemia revelaram de forma nua e crua o caráter crescentemente fascista desse governo, com uma política de morte via “seleção natural” dos mais fortes, negando e distorcendo o que é científico, utilizando como escudo o fundamentalismo religioso, o conservadorismo e o reacionarismo contra quaisquer visões que possam questionar os limites das manipulações ideológicas.

Diante da crise sanitária que se instalava, pois a pandemia atingiu um sistema de saúde vitimado por sucessivos cortes orçamentários ao mesmo tempo em que se elevou a pauperização da população, prefeitos e governadores iniciaram medidas de contenção inspirados nas orientações da Organização Mundial de Saúde e experiências de outros países, investindo no distanciamento social, fechamento de cidades (*lock down*), associados a medidas nos serviços de saúde como aumento de leitos, ampliação de UTIs e respiradores nos hospitais, busca por aumento de testes, além de medidas de higiene e saneamento.

Mesmo diante das evidências de agravamento da pandemia e aumento do número de casos acima da média prevista pelos organismos de saúde nacionais e internacionais, o presidente Bolsonaro fez diversos pronunciamentos contrários às medidas preventivas adotadas nos estados e municípios, frequentou atos pró-governo e cumprimentou o público sem máscara em meio ao *lock down* decretado em várias cidades, demitiu ministros de saúde e deixou a pasta semanas sem liderança. A base de apoio do governo seguiu seus passos e realizou as “carretas da morte” em várias cidades pedindo retomada imediata de todas as atividades econômicas. Com isso, “a falta de coordenação do governo federal, a falta de diretrizes comuns, o jogo de informações cruzadas e contraditórias serviram de estímulo para desistir do isolamento e restringiram as possibilidades de controle” (CAPONI, 2020, p.210).

Assim como fez do uso da cloroquina uma panacéia desvairada, sem a devida explicação sobre seus efeitos colaterais e sem evidências científicas, o presidente Bolsonaro e o seu governo vem hoje boicotando as possíveis soluções para o andamento das vacinas, o que pode retardar sua elaboração, produção, chegada no país e o processo de vacinação.

Diante disso, não foi circunstancial que uma das primeiras medidas do governo foi a aprovação de transferência de um montante de recursos para o setor financeiro, no valor de R\$1,2 trilhão de reais, na tentativa conter a queda do PIB que já apresentava queda no final do primeiro trimestre quando a crise mal se iniciava⁷. Concomi-

⁷ Ver em <http://redebh.com.br/em-meio-a-pandemia-r-12-trilhao-aos-bancos-setor-financeiro-e-o-maior-privilegiado-pelo-governo/#:~:text=O%20valor%20de%20R%24%201,d%C3%ADvidas%20dos%20pr%C3%B3prios%20bancos%2C%20etc,> acesso em: 22 nov. 2020.

tantemente, mesmo considerando tempos de pandemia, não houve até agosto de 2020 mais que o gasto do orçamento mínimo exigido para saúde previsto para 2020, que somam cerca de R\$65 bilhões⁸, o que equivale a apenas 5,41% dos recursos repassados para socorrer o setor financeiro. O montante para o capital financeiro é bem superior se compararmos com o orçamento total das medidas provisórias para enfrentar os impactos da crise provocada pela pandemia da COVID-19 no país, que prevê R\$ 594,8 bilhões para todas as ações. Até o momento de conclusão do texto de 2020 foram gastos R\$ 509 bilhões, sendo R\$ 293,9 bilhões foram para o Auxílio Emergencial⁹.

Em maio de 2020 o presidente Bolsonaro declarou que estamos em guerra, contudo não foi contra a pandemia, mas contra as próprias medidas de prevenção a ela. Talvez isso tenha se traduzido pelo Projeto de Emenda Constitucional 10/2020, conhecida como PEC do Orçamento de Guerra, que instituiu um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações o qual seria necessário em regime de urgência, segundo o governo federal, para enfrentar à calamidade pública no país decorrente da pandemia.

A Auditoria Cidadã da Dívida alertou em carta aberta na época para a falta de urgência da medida, haja vista que o STF já havia afastado a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os gastos relacionados ao com-

⁸ Sobre isso, ver: “União gastou R\$ 65,08 bi em saúde no 1º semestre, 53,7% do mínimo para o ano”. *Valor econômico*, 31/07/2020. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/31/uniao-gastou-r-6508-bi-em-saude-no-1o-semester-537percent-do-minimo-para-o-ano.ghtml>

⁹ <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

bate à pandemia, a ainda, porque tínhamos mais de R\$ 4 trilhões em caixa (R\$ 1,4 trilhão na conta única do Tesouro Nacional, mais de R\$ 1,7 trilhão em Reservas Internacionais, e cerca R\$ 1 trilhão no caixa do Banco Central), o que reiterava a não justificava da urgência¹⁰.

Ainda segundo a análise da Auditoria Cidadã (2020), a PEC legaliza a emissão de novos títulos a juros por parte do governo em condições muito arriscadas, permitindo ao Banco Central comprar derivativos sem lastro, sem limites de valor, sem identificar os beneficiários dessas transações, sem obedecer aos padrões de segurança mínimos recomendados (podendo ser de alto grau especulativo, com preços de referência totalmente fora dos parâmetros, por exemplo), sem possibilidade de investigação e pagando tudo com títulos da dívida pública. Isso recairá sobre a população brasileira, pois provocará um aumento exponencial da dívida e as medidas de ajuste fiscal para remunerá-la, cortando na carne toda a capacidade de qualquer tipo de investimento nas áreas sociais essenciais como saúde, assistência, educação, direitos previdenciários e trabalhistas, mas mantendo a remuneração bilionária dos bancos.

No que se refere ao campo dos direitos do trabalho, uma série de medidas culminaram no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Lei 14.020/2020), cujo conjunto de medidas atende aos trabalhadores empregados no setor privado formal, com carteira de trabalho assinada, autorizando a redução da jornada de trabalho e, proporcionalmente, do salário, mediante acordo individual ou coletivo, ou mesmo a suspensão do contrato. Contudo, as

¹⁰ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-ao-presidente-e-demais-parlamentares-da-camara-dos-deputados-e-a-sociedade-em-geral-que-arca-com-o-peso-dos-trilhoes-que-a-pec-10-transforma-em-divida-publica/>

principais controvérsias desse programa estão no esvaziamento da negociação coletiva e na priorização da negociação individual entre trabalhadores e patrões, fragmentando ainda mais a base organizativa de classe. (DIEESE, 2020)

Para os trabalhadores informais e pessoas inscritas no Cadúcnico dos Programas Federais do Governo Federal, o Congresso instituiu por meio da Lei 13.982, o Auxílio Emergencial, que previu pagamento de auxílio no valor de R\$600,00 por três meses a trabalhadores maiores de 18 anos, sem emprego formal e sem qualquer outro tipo de proteção social (incluindo os microempreendedores individuais), com renda per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$522,50) e não ter recebido rendimento tributável acima de R\$28.559,70 em 2018. O governo anunciou em setembro de 2020 a extensão do Auxílio Emergencial, porém agora reduzido a R\$300,00, que serão pagas em até quatro parcelas, que se esgotam em dezembro 2020 e ainda não foi anunciado nenhum outro programa que o substitua e nenhuma medida de alteração no Programa Bolsa Família que dê conta da demanda atendida pelo Auxílio.

Apesar de todas as dificuldades de acesso, e após a ampliação dos irrisórios R\$200,00 reais oferecidos pelo Presidente terem sido ampliados para o valor pago de R\$600,00, cerca de 67,2 milhões de pessoas tiveram o direito de recebimento aprovado, com uma média de benefício de R\$901,00, o que significa atender 43,9% dos domicílios brasileiros (PNAD-COVID-19), um aumento exponencial de demanda expressando a realizada de profunda precariedade material em que se encontra a classe trabalhadora brasileira.

Ao observar a situação da classe trabalhadora hoje, final de 2020, vemos que a taxa de desocupação chega a 14,6%, o que

soma mais de 14 milhões de pessoas, a maior taxa desde 2012. Se somarmos a taxa de subutilização - que considera o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e que estão na força de trabalho potencial em relação a força de trabalho ampliada-, cujo percentual é de 30,3, e as pessoas consideradas desalentadas – que estão fora do mercado de trabalho por não conseguir nenhuma ocupação seja por falta de experiência, idade (muito jovem ou muito acima da média), falta de vagas na localidade onde reside, mas que compõe a força de trabalho em potencial-, que somam 5,7% ou 5,9 milhões de trabalhaores/as, veremos uma situação de miséria social crescente que não teve início com a pandemia. Isso sem considerar o percentual de pessoas trabalhando por conta própria no país, que no 3º trimestre de 2020 foi de 26,4% ¹¹.

Porém, os números do desemprego acima mostram apenas um lado dessa tragédia social que se aprofundou com a pandemia, porque o desemprego assim como a pandemia não atinge igualmente toda classe trabalhadora: as taxas de desocupação e subutilização no nordeste são maiores em relação ao sul do país; há diferença na taxa de desocupação entre homens (12,8%) e mulheres (16,8%); já no que se refere à desigualdade racial, o percentual dos que se declararam pretos (19,1%) e pardos (16,5%) ficou acima da média nacional (14,6%), enquanto o daqueles que se declararam brancos (11,8%) ficou abaixo; entre os mais jovens as taxas de desocupação são mais

¹¹ Todas essas informações se encontram em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29519-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-10-das-27-ufs-no-3-trimestre-de-2020#:~:text=No%203%C2%B0%20trimestre%20de%202020%2C%20a%20taxa%20composta%20de,foi%20de%2030%2C3%25>, acesso em: 21 dez. 2020.

elevadas em relação à média. Em síntese, mulheres, jovens e pessoas negras têm as maiores taxas de desocupação¹².

Vale ressaltar que a força da falsa oposição entre a economia e a vida que veio separando estratégias de enfrentamento entre diferentes governadores e o governo federal está diretamente ao trabalho precário e às desigualdades já existentes no contexto neoliberal no qual a pandemia se manifesta. Tanto trabalhadores que sofreram perdas sucessivas de direitos, como os novos “colaboradores”, “parceiros”, “empreendedores” que já entram no mercado de trabalho na condição de uberizados, sofrem com o desamparo e a precarização do neoliberalismo, pois na medida em que os serviços são privatizados, os salários nominais dos trabalhadores são reduzidos, haja vista que políticas, serviços e direitos vão sendo transformados em mercadorias, tais retiradas vão repercutindo na redução de seus rendimentos.

O trabalhador vai passando, assim, a ser o único responsável por sua reprodução e por seu cuidado e bem-estar, sendo a superexploração mediada pela compra dos serviços sociais como mercadorias, quando lhe é possível acesso via mercado, quando não, o Estado precisa compensar a expropriação da proteção social recorrendo a formas mais precárias de composição da reprodução da força de trabalho, mais focalizadas, emergenciais. Conforme nos alerta Antunes (2020a), “Já estão claros os projetos do grande capital para o pós-pandemia. Informalizar tudo; abusar do *home office*; desarticular a

¹² Todas essas informações se encontram em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29519-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-10-das-27-ufs-no-3-trimestre-de-2020#:~:text=No%203%C2%B0%20trimestre%20de%202020%2C%20a%20taxa%20composta%20de,foi%20de%2030%2C3%25>, acesso em: 21 dez. 2020.

força coletiva dos assalariados; servir-se da multidão desempregada e dos empreendedores que quebrarão”.

Isso não é erro de gestão ou fruto de um mal planejamento que possa ser corrigido por uma troca de ministro ou de metas econômicas, mas uma política deliberada de retirada de direitos para responder a um programa que unifica a classe dominante brasileira e vem mantendo, mesmo com todas as “patetadas”, esse núcleo presidencial no poder.

Considerações finais

O caminho de destruição de direitos parece que seguirá pára o próximo ano. Além da contrarreforma administrativa (PEC 32/2020), que parece pavimentar o caminho para mais expropriações de direitos, vai se formando uma falsa relação entre mais ajuste fiscal, viabilidade orçamentária e transferência de renda, já que o valor gasto até agora com o auxílio emergencial é maior que o previsto para políticas estruturantes, superando em 40% o orçamento total para a Educação do próximo ano, de R\$ 144,5 bilhões, e mais ainda no caso da Saúde que tem R\$136,7 bilhões previstos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional¹³.

Diante da possibilidade do teto dos gastos ser superado pelo orçamento de 2021, mesmo sem qualquer programa social que o governo Bolsonaro estuda criar para substituir o Bolsa Família e o auxílio emergencial -, o líder da Câmara Rodrigo Maia já vem si-

¹³ Informações em <https://www.congressonacional.leg.br/ploa-2021>, acesso em: 22 nov. 2020.

nalizando que, para aprovar um programa de transferência de renda diante desse cenário, seria necessário desengavetar a PEC Emergencial (PEC 186/2019), a qual institui dentre vários mecanismos de ajuste fiscal, a autorização de suspensão ou redução de salário do funcionalismo público, pois modifica medidas de cumprimento dois limites de despesa com pessoal¹⁴.

No decorrer do enfrentamento à pandemia, o cenário de urgência aparece como respaldo oportuno para que se efetivem medidas que avancem na destruição da seguridade social e de mais direitos, ampliando a assistencialização conservadora das políticas sociais.

Por isso, diante dessa política genocida, a luta pelos direitos ganha um novo e potente significado: as lutas da educação por não abrir as escolas em meio ao número crescente de casos, as lutas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), as lutas das populações das favelas contra a violência policial, as lutas das mulheres contra a violência em vários espaços, as lutas antirracistas, as lutas das populações indígenas, das populações LGBTQIA+, a luta pela vacinação – cada uma delas significam manifestações da luta pela sobrevivência de uma mesma classe que diariamente luta pela vida.

Referências

AMARAL, Marisa. Dependência e superexploração do trabalho na América Latina em tempos neoliberais. **Anais do IV Colóquio Marx e Engels/CEMARX**. UNICAMP, 2005. Disponível em:

¹⁴ Consultar <https://www.poder360.com.br/economia/orcamento-2021-fura-teto-de-gastos-em-r-20-bi-mesmo-sem-renda-cidada-diz-btg/>, acesso em: 22 nov. 2020.

<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m1c5.pdf> . Acesso em 30/07/2020. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. E-book. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Como se trama a uberização total**. 2020a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-se-trama-a-uberizacao-total/>.

BEHRING, Elaine. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio [et. Al.] (orgs.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. In: Revista Estudos Avançados. vol.34 no.99 São Paulo maio/ago. 2020. Epub 10-Jul-2020

CARCANHOLO, Marcelo. A crise do capitalismo dependente brasileiro. MACARIO, Epitacio... [et al.]/[orgs.]. **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo publico**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018. E-book disponível em: http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Dimenso%CC%83es%20da%20Crise%20Brasileira%20e_Book.pdf , acesso em: 10 maio 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. Como ficou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda na Lei 14.020/2020 (conversão da MP 936/2020). Nota Técnica N.243, de 8 de julho de 2020.

GOUVÊA, Marina Machado. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, Eliane; GOUVEIA, Raquel [El al] (orgs.) **Em tempos de pandemia. Propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. E-book disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12346/1/EMoreira.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2020.

GOUVÊA, Marina Machado. Do Calor da Guerra Fria ao Fim do Fim da História – considerações acerca do processo de financeirização (1971-2008). **Anais Marx e Marxismo: teoria e prática**. NIEP/UFF, 2011.

FOSTER, John Bellamy; SUWANDI, Intan. COIVD-19 e o capitalismo de catástrofe. Cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. Publicado em 23 jun 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodacrise.org/post/covid-19-e-o-capitalismo-de-cat%E9%BF%BDstrofe> . Acesso em: 20 jul. 2020.

LAPAVITAS, Costas. Esta crise expôs os absurdos do neoliberalismo. Isso não significa que ela irá destruí-lo. In: GONÇALVES, Guilherme Leite (org). **Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020. E-book. Disponível em: <https://leiccuferj.com/publicacoes/livros/> . Acesso em: 20 ago. 2020.

LOLE, Ana [Et. Al.]. Crise e pandemia da COVID-19 — leituras interseccionais. **Para além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. E-book. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

MACIEL, Amélia Coelho Rodrigues e SANGLARD, Maria Carolina Comentário: Análise ecológica e social (Ecosocial) da pandemia. In: GONÇALVES, Guilherme Leite (org). **Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020. E-book. Disponível em: <https://leiccuferj.com/publicacoes/livros/> . Acesso em: 20 ago. 2020.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência [1973]. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl [1894] **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, Eliane [Et al.] (orgs.) **Em tempos de pandemia. Propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. E-book disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12346/1/EMoreira.pdf>, acesso em: 20 ago. 2020.

OSORIO, Jaime. América Latina em la valorización mundial del capital. In: **Revista Brasileira de Economia Política**, n. 41, junho-set. 2015, pp.36-52.

VIEIRA, Rafael. Crise, capitalismo contemporâneo e Covid-19: um comentário (e uma crítica) ao texto de Guilherme Leite Gonçalves. In: GONÇALVES, Guilherme Leite (org). **Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020. E-book. Disponível em: <https://leiccuerj.com/publicacoes/livros/>. Acesso em: 20 ago. 2020.